**Exmo. Senhor**
**Presidente da Assembleia da República**

| **Registo** | **V. Ref.ª** | **Data** |
|---|---|---|
| | | 04/07/2025 |

**ASSUNTO: Impossibilidade de emissão de relatórios**

Cumpre-me informar que, na sua reunião de hoje, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias constatou não ser possível emitir relatórios sobre as iniciativas identificadas, atento o curto prazo disponível para o efeito – as iniciativas baixaram à Comissão estando já agendadas a respetiva discussão na generalidade para reuniões plenárias de data anterior à da reunião da Comissão, para a mesma data ou próxima -, e o disposto no n.º 3 do artigo 138.º do Regimento da Assembleia da República, que determina que a falta de relatório não prejudica o curso do processo legislativo em apreço.

São as seguintes as iniciativas em apreço:

- Discutidas na reunião plenária de 3 de julho:

- Projeto de Lei 56/XVII/1 (PAN) – Prevê o crime de ecocídio no Código Penal;
- Projeto de Lei 59/XVII/1 (BE) – Estabelece um perdão de penas e amnistia de infrações por ocasião da comemoração dos 50 anos do 25 de abril.

- Discussão agendada para a reunião plenária de 4 de julho:

Proposta de Lei 1/XVII/1 (GOV) – Altera a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade;

- Projeto de Lei 20/XVII/1 (CH) – Altera a Lei da Nacionalidade no sentido de restringir a aquisição da nacionalidade portuguesa e assegurar a possibilidade da sua perda em determinados casos;
- Projeto de Lei 67/XVI/1 (BE) – Altera a Lei da nacionalidade (altera a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro;
- Proposta de Lei 2/XVII/1 (GOV) – Cria a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras, na Polícia de Segurança Pública;
- Projeto de Lei 60/XVII/1 (CH) – Cria a Unidade Nacional de Polícia de Estrangeiros e Fronteiras da Polícia de Segurança Pública;
- Proposta de Lei 3/XVII/1 (GOV) – Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;
- Projeto de Lei 61/XVII/1 (CH) – Restringe as normas em matéria de entrada e permanência em território nacional, alterando a Lei n.º 23/2007, de 04 de julho;
- Projeto de Lei 68/XVII/1 (BE) – Elimina os vistos gold (altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional);
- Projeto de Lei 77/XVI/1 (PAN) – Prevê garantias processuais efetivas na detenção de migrantes e a criação de um projecto-piloto para medidas alternativas à detenção.

Agendados para a reunião plenária de 9 de julho

- Projeto de Lei 32/XVII/1 (IL) - Alteração ao Código Penal, Código de Processo Penal e ao Código de Processo Civil, em defesa da propriedade privada e do domicílio;
- Projeto de Lei 13/XVII/1 (CH) - Introduz medidas de celeridade no julgamento de processos relacionados com a ocupação ilegal de imóveis;

Agendados para a reunião plenária de 10 de julho

- Projeto de Lei 5/XVII/1 (BE) – Consagra os crimes de violação, de coação sexual e de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como crimes públicos (altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e o Estatuto da vítima);

- Projeto de Lei 6/XVII/1 (PAN) – Consagra a natureza pública dos crimes de violação e outros crimes contra a liberdade sexual, procedendo à alteração do Código Penal e do Código do Processo Penal;

Com os melhores cumprimentos,

**A Presidente da Comissão,**

**(Paula Cardoso)**